CAIXA DE PREVIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

ACÇÃO DE ASSISTÊNCIA

Número de inscrição :

Câmara . . .
Caixa . . .

QUESTIONÁRIO

- Nome . . .
Residência . . .
Estância aduaneira a que pertence . . .
Idade . . .
Data da nomeação . . .
Estado . . .
A esposa contribui para o sustento do lar? . . . (Ocupação e ordenado) . . .
Número de filhos que coabitam, respectivas idades e sexos . . .
. . .
. . .
Tem algum coabitante empregado? . . . (Onde trabalha e quanto aufera) . . .
Tem outras pessoas a seu cargo, além de mulher e filhos? . . . (Indicar quais) . . .
. . .
Contribuem essas pessoas para o sustento do lar? . . . (Indicar em que medida) . . .
. . .
Possui bens imóveis ou rendimentos de quaisquer espécies? . . .
. . .
Recebe quaisquer proventos além dos que dá a profissão de despachante oficial? . . .
Recebe qualquer subsídio de alguma associação de socorros mútuos, companhia de seguros ou de outras entidades ou pessoas de família? . . .
Tem alguma doença grave ou incurável? . . . (No caso afirmativo, juntar atestado médico).
Tem sua esposa ou algum filho doença grave ou incurável? . . . (No caso afirmativo, juntar atestado médico).
Já incorreu em algum processo disciplinar? . . .
. . ., . . . de . . . de 19 . . .

O Declarante,

Os abaixo assinados, . . . e . . ., despachantes oficiais da Alfândega de . . ., confirmam as declarações constantes deste questionário e atestam a necessidade de o declarante ser assistido pela Caixa de Previdência da Câmara dos Despachantes Oficiais.

. . ., . . . de . . . de 19 . . .

Ministério das Finanças, 19 de Abril de 1966. — O Ministro das Finanças, *Ulisses Cruz de Aguiar Cortés*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 21 962

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e das Comunicações, que, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 39 083, de 17 de Janeiro de 1953, sejam desafectadas do domínio público do Estado duas parcelas de terreno situadas em Lisboa, no Poço do Bispo, freguesia dos Olivais, na área de jurisdição da Administração-Geral do Porto de Lisboa, em conformidade com a planta anexa à presente portaria, da qual faz parte integrante, e assim identificadas:

Parcela A, com a área de 372 m², confrontando pelo norte com terrenos da Câmara Municipal de Lisboa e parcela B; pelo nascente e sul com instalações da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, e pelo poente com terrenos da Câmara Municipal de Lisboa.

Parcela B, com a área de 220 m², confrontando pelo norte e nascente com instalações da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca; pelo sul com a parcela A, e pelo poente com terrenos da Câmara Municipal de Lisboa.

Ministérios das Finanças e das Comunicações, 19 de Abril de 1966. — O Ministro das Comunicações, *Carlos Gomes da Silva Ribeiro*. — Pelo Ministro das Finanças, *Ricardo Augusto Parreira de Faria Blanc*, Subsecretário de Estado do Tesouro.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Embaixada da Polónia em Londres, a Espanha depositou em 6 de Dezembro de 1965, junto dos arquivos do Governo Polaco, o instrumento de adesão ao Protocolo da Haia, assinado em 28 de Setembro de 1955, que emenda a Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, assinada em Varsóvia em 12 de Outubro de 1929.

A adesão da Espanha àquele Protocolo produz efeitos a partir de 6 de Março de 1966.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 4 de Abril de 1966. — O Director-Geral, *José Calvet de Magalhães*.

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Embaixada da Polónia em Londres, o Principado de Listenstaina depositou em 3 de Janeiro de 1966, junto dos arquivos do Governo Polaco, o instrumento de ratificação do Protocolo da Haia, assinado em 28 de Setembro de 1955, que emenda a Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, assinada em Varsóvia em 12 de Outubro de 1929.

A adesão do Principado de Listenstaina àquele Protocolo produz efeitos a partir de 3 de Abril de 1966.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 4 de Abril de 1966. — O Director-Geral, *José Calvet de Magalhães*.